



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 196/XII/3.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2014, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 194 e 195;
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 209/XII (3.ª) (GOV) - Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico
Deputado autor do parecer: João Figueiredo (PSD);
3. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2014)221 – Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece uma Plataforma Europeia para reforçar a cooperação na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado. Esta iniciativa europeia tem associado dois documentos de trabalho [SWD(2014)137 e SWD(2014)138] (a remeter à CAE até dia 28 de maio).
Relatora: Deputada Idália Salvador Serrão (PSD);
4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), começou por informar que as atas n.ºs 194 e 195 ainda não tinham sido disponibilizadas, pelo que esse ponto ficava adiado para a próxima reunião.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado João Figueiredo (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 209/XII (3.ª) (GOV). Submetido à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, por impossibilidade de a Senhora Deputada Idália Salvador Serrão estar presente, o Senhor Deputado António Cardoso (PS) apresentou o relatório sobre a COM(2014)221. Submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente lembrou que, na próxima semana, a Comissão reunia dia 3 de junho, pelas 15 horas, para proceder à audição do Senhor Presidente da Comissão Nacional da Proteção de Crianças e Jovens em Risco e no dia seguinte, pelas 11 horas e 30 minutos, com uma delegação parlamentar da 3.ª Comissão da Assembleia da República da Moçambique.

Informou de seguida da possibilidade de, nos próximos dias, darem entrada na Assembleia da República duas propostas de lei do Governo, uma, alterando os artigos 501.º e 502.º do Código do Trabalho, portanto, relacionada com a caducidade e sobrevivência das convenções coletivas; outra, versando sobre o n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho para, excecionalmente, pedir o "conforto" e a confiança da Comissão no seu envio para apreciação pública pelo prazo de 20 dias, ainda que pretenda formalizar esse pedido em reunião de comissão.

Interveio em primeiro lugar o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerando "ridículo" que o Presidente da Comissão seja colocado numa situação pela qual o Governo é responsável, que, antes de as iniciativas darem entrada na Assembleia da República, já pede encurtamento de prazos. Lembrou que, como o processo de evocação de urgência tem de ser devidamente fundamentado, tem sido uma má prática a conduta adotada. Daí que o GP do PCP não se sinta confortável em dar um cheque em branco ao Governo.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) para fazer três reflexões: a primeira, para dizer que entende que deve ser potenciado o debate público; a segunda, para lembrar que as propostas de lei não são conhecidas porque ainda não entraram na Assembleia da República pelo que os Deputados não dispõem de elementos materiais para as analisar, sendo um pouco bizarro a situação colocada pelo Governo; a terceira, para realçar que não compreende o impacto que para o país pode advir do facto de ser observado o prazo normal, até porque a troika já foi embora. Concluiu dizendo que o GP do PS não se sente confortável nem dá o respetivo aval à proposta do Senhor Presidente.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) começou por dizer que, apesar de compreender que a posição do Presidente da Comissão não é confortável, o GP do BE não pode concordar com aquela forma de pressão sobre o Parlamento por parte do Governo.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse que o GP do CDS-PP não tem qualquer problema em dar esse voto de conforto ao Presidente da Comissão.

Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse, muito objetivamente, concordar com a atuação do Presidente da Comissão e que o GP do PSD dá o respetivo aval.

O Senhor Presidente agradeceu a manifestação de opiniões das diversas bancadas e informou que, após a baixa das propostas de lei em causa à 10.ª comissão, seria convocada uma reunião para formalizar o procedimento do respetivo envio para apreciação pública.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 28 de maio de 2014

Folha de Presenças
(Ata n.º 196/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Altino Bessa
Andreia Neto
Arménio Santos
Artur Rêgo
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
David Costa
Maria Conceição Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Clara Marques Mendes
Miguel Laranjeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Idália Salvador Serrão